



BRASIL E COLÔMBIA: PROTEÇÃO DO CONHECIMENTO BOTÂNICO DE MULHERES INDÍGENAS

BRASIL Y COLOMBIA: PROTECCIÓN DEL CONOCIMIENTO BOTÁNICO DE MUJERES INDÍGENAS

BRAZIL AND COLOMBIA: PROTECTION OF INDIGENOUS WOMEN'S BOTANICAL KNOWLEDGE

DOI: 10.5281/zenodo.22820672



*Laurent Sofia Arias Arce*¹

*Luiza Oliveira Prado*²

*Andréa Andrade Oliveira Prado*³

*Mônica Clementino Menezes*⁴

*Alejandra Andrea Cornejo Gonzalez*⁵

RESUMO

O artigo analisa a produção acadêmica (2021-2025) sobre saberes botânicos de mulheres indígenas no Brasil e na Colômbia. Por meio de uma revisão de literatura, identifica-se que essas mulheres são gestoras essenciais da biodiversidade e da saúde comunitária. Contudo, persiste uma invisibilização epistêmica e de gênero, onde o reconhecimento científico não se traduz em políticas públicas efetivas ou autonomia territorial. Enquanto o Brasil foca na resistência cotidiana e decolonialidade, a Colômbia enfatiza direitos bioculturais e territorialidade jurídica. Conclui-se a necessidade de integrar esses saberes no ensino de Biologia.

1 Programa Pós-graduação em Educação - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGE/UESB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3649734854861046>.

2 Psicologia - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6999089562372265>.

3 Programa Pós-graduação em Educação - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGE/UESB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4142473140145499>.

4 Programa Pós-graduação em Educação - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGE/UESB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1861141395803446>.

5 Programa Pós-graduação em Educação - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGE/UESB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0481354158138902>.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 9 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





Palavras-chave: mulheres indígenas; plantas medicinais; decolonialidade; Políticas públicas.

RESUMEN

El artículo analiza la producción académica (2021-2025) sobre saberes botánicos de mujeres indígenas en Brasil y Colombia. Mediante una revisión de literatura, se identifica que estas mujeres son gestoras esenciales de la biodiversidad y salud comunitaria. No obstante, persiste una invisibilización epistémica y de género, donde el reconocimiento científico no se traduce en políticas públicas efectivas ni autonomía territorial. Mientras Brasil se enfoca en la resistencia cotidiana y decolonialidad, Colombia enfatiza derechos bioculturales y territorialidad jurídica. Se concluye la necesidad de integrar estos saberes en la enseñanza de la Biología.

Palabras clave: mujeres indígenas; plantas medicinales; decolonialidad; políticas públicas.

ABSTRACT

This article analyzes academic production (2021-2025) regarding the botanical knowledge of indigenous women in Brazil and Colombia. Through a literature review, it identifies these women as essential managers of biodiversity and community health. However, epistemic and gender invisibility persists, as scientific recognition does not translate into effective public policies or territorial autonomy. While Brazil focuses on everyday resistance and decoloniality, Colombia emphasizes biocultural rights and legal territoriality. The study concludes there is an urgent need to integrate this knowledge into Biology education.

Keywords: indigenous women; medicinal plants; decoloniality; public policies.

INTRODUÇÃO

A conservação da biodiversidade na América Latina está profundamente vinculada ao papel histórico dos povos indígenas, pois são eles os maiores conhecedores dos ecossistemas, suas formas de conhecimento e manejo do território, construídas ao longo de gerações; o que permite a preservação de uma ampla diversidade biológica e cultural. Nas últimas décadas, a produção científica avançou de maneira significativa no reconhecimento desses saberes tradicionais, consolidando um campo de investigações que destacam sua importância ecológica, histórica, cultural e social; no entanto, este reconhecimento acadêmico nem sempre se traduz em ações concretas dentro dos marcos institucionais e políticos responsáveis pela proteção da biodiversidade.





Nesse contexto, o ensino de Biologia ocupa um lugar estratégico e ainda pouco explorado, pois é na escola; e na formação dos professores que nela atuam; que os saberes tradicionais podem ser reconhecidos como formas legítimas de conhecimento biológico, ou, ao contrário, podem ser novamente silenciados por currículos que reproduzem a hierarquia colonial entre ciência ocidental e conhecimento indígena. Essa tensão se torna ainda mais aguda quando se considera que, dentro das próprias comunidades indígenas, persiste uma problemática específica: a invisibilização do conhecimento botânico das mulheres.

Embora a literatura antropológica, etnobotânica e etnobiológica tenha documentado amplamente que as mulheres desempenham um papel central na gestão de sistemas complexos associados à saúde comunitária, soberania alimentar e conservação de espécies vegetais; especialmente em espaços como as hortas comunitárias e as chagras (roças tradicionais), esses saberes costumam ser subsumidos em categorias gerais que não distinguem papéis de gênero. O resultado é que a invisibilização que ocorre nas políticas públicas se reproduz, com frequência, também no currículo escolar e nos materiais didáticos de Biologia e Ciências Naturais.

O resultado são as mulheres indígenas apresentadas como principais portadoras de cultura, mas nem sempre como sujeitas epistêmicas, nem como agente de decisão política. Todavia, é fundamental que também se reconheça que essas mulheres são parte de uma luta ancestral (Fundo Brasil de Direitos Humanos, 2024).

Esta situação evidencia que, apesar da existência de pesquisas que validam e valorizam o conhecimento tradicional feminino, as políticas públicas de proteção da biodiversidade em países como Brasil e Colômbia tendem a adotar abordagens que não incorporam de forma explícita a perspectiva de gênero. Em muitos casos, o reconhecimento científico dos saberes indígenas permanece apenas como uma descrição, sem se traduzir no fortalecimento da autonomia territorial, epistêmica e política das mulheres indígenas. Esta lacuna entre a produção acadêmica e sua incidência nas políticas públicas constitui o eixo central de análise do presente artigo.





A abordagem comparativa entre Brasil e Colômbia surge a partir de um diálogo acadêmico entre colegas universitárias que identificaram preocupações comuns relacionadas às lutas de gênero, ao reconhecimento da ancestralidade e à valorização dos saberes das mulheres indígenas em ambos os países. Este intercâmbio permitiu evidenciar que os povos originários enfrentaram processos históricos de invisibilização e exclusão, particularmente no papel das mulheres como portadoras e reprodutoras de conhecimentos fundamentais para a conservação e a biodiversidade local.

A convergência entre Brasil e Colômbia é especialmente relevante, pois ambos os territórios possuem uma alta diversidade biológica e cultural, bem como comunidades indígenas que compartilham desafios semelhantes em relação ao reconhecimento de saberes, à proteção de territórios e à inclusão de uma perspectiva de gênero nas políticas públicas. Diante desse cenário, o presente artigo orienta-se pela seguinte pergunta-guia: em que medida a produção acadêmica recente no Brasil e na Colômbia, publicada entre 2021 e 2025, reconhece e valoriza os saberes botânicos das mulheres indígenas, e em que grau esse reconhecimento científico se traduz em políticas públicas que fortaleçam sua autonomia territorial, epistêmica e política?

RITUAIS METODOLÓGICOS

Este trabalho partiu de uma perspectiva não de busca da existência dos saberes botânicos das mulheres indígenas, já amplamente comprovados e documentados, mas analisar de maneira comparativa como a produção acadêmica recente na Colômbia e no Brasil, publicada entre os anos de 2021 e 2025, aborda a relação entre mulheres indígenas e as políticas de proteção da biodiversidade. Esse período foi estabelecido com a intenção de trabalhar com pesquisas desenvolvidas recentemente nos últimos cinco anos, pois esse intervalo é considerado um indicador temporal adequado para identificar tendências contemporâneas no campo investigativo e educacional.





A partir disso, por meio de uma revisão de literatura, examinou-se em que medida o reconhecimento científico atual de tais saberes consegue incidir na formulação de políticas públicas e na preservação da autonomia das mulheres indígenas como gestoras do conhecimento botânico.

Nosso *ritual* investigativo apoiou-se na pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e comparativo, nos permitindo “através de seus métodos estudar as especialidades de cada sociedade [...] e enveredar por situações que os números muitas vezes não conseguem responder” (Mussi *et al*, 2019, p. 423).

Para isso, realizamos a revisão de literatura utilizando exclusivamente o repositório do *Google Acadêmico*, visto que se trata de um buscador amplo que permite acessar de maneira comparável as investigações produzidas em ambos os países. Esta escolha metodológica facilitou uma seleção mais homogênea dos textos, priorizando unicamente artigos científicos que abordam de forma direta os saberes botânicos das mulheres indígenas dentro de seu território e sua relação com a conservação do espaço natural.

A homogeneidade do buscador utilizado, em lugar de bases indexadas distintas por país, facilitou a comparação ao garantir as produções dos dois países fossem recuperadas sob os mesmos critérios de relevância e visibilidade. As buscas foram realizadas de forma paralela, com termos combinados em português para o Brasil (mulheres indígenas / plantas medicinais / educação / Brasil) e em espanhol para a Colômbia (mujeres indígenas / plantas medicinales/ educación/ Colombia), com filtro de período específico entre 2021 e 2025, ordenados por relevância, contemplando qualquer tipo de artigo científico.

Inicialmente foram encontrados 8.220 resultados para o Brasil e 9.390 para a Colômbia. Diante do volume de resultados e considerando o escopo da publicação de destino, que solicita um corpus mínimo de 50 referências, definimos inicialmente que seriam selecionados 25 artigos por país, priorizados por ordem de relevância e pertinência temática. Contudo, dada a predominância de estudos realizados no território brasileiro, a amostra colombiana restringiu-se a 16 artigos para fins comparativos.





Os critérios de inclusão estabelecidos foram tratar-se de artigo científico, guardar relação direta com os termos de busca e ter as mulheres indígenas como sujeito central da investigação. Foram excluídos os artigos com links incorretos ou acesso negado, dissertações e teses, estudos centrados em homens indígenas e trabalhos sobre mulheres não indígenas. O corpus final é composto por 50 artigos, 34 brasileiros e 16 colombianos, cujos títulos, autoras/es e palavras-chave estão organizados nas tabelas 1 e 2 da próxima seção.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS: BRASIL E COLÔMBIA

A partir da busca realizada, as informações foram organizadas em ordem cronológica para oferecer uma visão panorâmica da produção acadêmica recente (2021-2025) sobre o papel das mulheres indígenas na conservação da biodiversidade. As tabelas a seguir detalham os principais artigos selecionados, destacando títulos, autoria, ano de publicação e as palavras-chave que definem os temas de cada estudo, servindo como base documental para a análise comparativa. A tabela 1 apresenta os achados na busca realizada na língua portuguesa do Brasil:

Tabela 1: Brasil

	Título	Autores/ano	Palavras-chave
1	A Voz De Uma Liderança Indígena Feminina Sobre A Questão De Gênero – Uma Oportunidade De Escuta E Reflexão Para A Pesquisa Etnobiológica	Sofia Zank; Kerexu Yxapary 2021	Etnobiologia. Povos Indígenas. Mbyá-Guarani. Mulher Indígena. Feminino.
2	Mulher Indígena Potiguara: Um Estudo Sobre Os Papéis Exercidos E Suas Contribuições Enquanto Agente Dentro Das Aldeias, Academia E Fora Desses	Ivanilza Cinesio Gomes; Patrícia Tatiane Gomes; Iracilda Cinesio Gomes 2021	Mulher Potiguara. Papéis Sociais. Empoderamento.
3	Plantas Medicinais, Saberes Tradicionais E Práticas De Cura: Rituais, Magias E Terapias.	Letícia de Faria Ferreira; Zilma Martins 2021	Tradições Culturais. Etnobotânica. Etnografia. Plantas Medicinais.
4	Semeando Saberes: A Etnobotânica E O Quintal Na Valorização Do Conhecimento Da Mulher Agricultora	Elaine Puziski Varela; Viviane Kraieski de Assunção; Vanilde Citadini-Zanette 2022	Comunidade Tradicional. Espécies Vegetais. Etnoconhecimento. Etnoindicações. História De Vida.
5	Mulheres Indígenas E Participação Política No Contexto Da 2a Conferência Nacional De Saúde Das Mulheres	Maria Angélica Breda Fontão; Rosamaria Giatti Carneiro 2022	Mulheres Indígenas. Gênero E Povos Indígenas. Saúde Indígena. Conferências Nacionais De Saúde.



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634



6	As Plantas Medicinais Na Vida De Mulheres Indígenas Xipaya E Kuruaya: Histórias, Conhecimentos Tradicionais E Usos Na Cidade De Altamira, Pará	Ana Paula Xipaia; Francilene de Aguiar Parente; Flávio Bezerra Barros 2022	Etnias Xipaya E Kuruaya. Mulheres Indígenas. Plantas Medicinais. Conhecimento Tradicional.
7	Mulheres Indígenas Xukuru Do Ororubá: Articulando Territórios De Luta E De Saberes	Alexandre Evangelista da Silva; Maria Roseane Cordeiro de Oliveira Xukuru 2023	Colonialidade Do Gênero. Mulher Indígen. Mulher Xukuru.
8	A Medicina Tradicional Ribeirinha Em Vozes Femininas	Leonardo Silveira Santos (et al) 2023	Biografias. Religiosidade. Estuário Amazônico.
9	Saberes Da Experiência E As Plantas Medicinais: Confluência Decolonial E Intercultural	Bianca de Araújo Neves; Mannoella de Araújo Neves 2023	Educação Ambiental. Saberes Culturais. Plantas Medicinais. Decolonialidade. Interculturalidade.
10	Percepção Ambiental E Etnobotânica Na Comunidade Paraíso Grande, Humaitá-AM, Brasil	Felipe Sant'Anna Cavalcante (et al) 2024	Agricultura. Amazônia. Comunidade Ribeirinha.
11	A Dimensão Doméstica No Cuidado Com A Saúde Entre As Mulheres Indígenas	Valéria da Silva Santos 2024	Plantas Medicinais – Cuidado Com A Saúde - Mulheres
12	O Uso De Espécies Vegetais Entre As Mulheres Guarani Mbyá Da Tekoa Ka'aguy Hovy Porã, Maricá, Rio De Janeiro, Brasil	Francisca Cardoso do Prado Maciel; Mariana Reis de Brito 2024	Mulheres, Plantas Medicinais, Povos Originários.
13	Turismo De Base Comunitária E Empoderamento Feminino Na Comunidade Indígena Catu Dos Eleotérios	Maria José dos Santos Pimentel; Carolina Todesco 2024	Turismo De Base Comunitária. Comunidade Indígena. Empoderamento Feminino. Catu Dos Eleotérios.
14	Práticas Socioculturais De Cuidado Com Uma Mestra Raizeira	Eliziana Pereira Coutinho; Carolina Tamayo 2024	Plantas Medicinais. Mestra Raizeira. Práticas Socioculturais Ancestrais.
15	As Ancestralidades Femininas Shanenawa: Linguagens, Identidades, Espiritualidades E Saberes Como Herança	Shelton Lima de Souza; Maria Abijicélia Brandão da Silva Shanenawa 2024	Ancestralidade. Linguagens. Shanenawa. Matriarca Peyrani.
16	Ação Comum Das Mulheres Em Busca De Soluções De Saúde No Projeto De Assentamento “Amigos Da Terra” (Darcinópolis - Tocantins)	Olivia Macedo Miranda de Medeiros 2024	Projeto De Assentamento Amigos Da Terra. Plantas Medicinais. Mulheres. Cooperação. Ação Comum.
17	Mulheres Raizeiras Do Cerrado: Saberes Tradicionais	Lidia Mejia; Vera Margarida Lessa Catalão. 2024	Educação Ambiental. Raizeiras Do Cerrado. Saberes Tradicionais.
18	Mulheres, Manivas E Artefatos: Corpo, Gênero E Socialidades No Noroeste Amazônico	Melissa Santana de Oliveira 2024	Mulheres. Manivas. Artefatos. Corpos-Pensamentos. Ética Do Cuidado. Povos Tukano Orientais.
19	Caderneta Agroecológica E As Agricultoras Indígenas Tremembé Da Barra Do Mundaú: Protagonismo, Autonomia E Importância Na Manutenção Da Cultura Alimentar E Geração De Renda	Lauriane Castro do Nascimento 2024	Mulheres Indígenas. Agroecologia. Cultura Alimentar. Segurança Alimentar E Nutricional.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 9 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634



20	Plantas Medicinais E Os Saberes Tradicionais De Mulheres Da Agrovila Itaqui - Castanhal/Pa	Bianca de Araujo Neves (<i>et al</i>) 2024	Saberes Tradicionais. Plantas Medicinais. Mulheres Camponesas. Amazônia Paraense.
21	Diversidade, Uso E Comercialização De Pimentas Na Comunidade Indígena Guariba, Amajari, Roraima	Carolina Soares Marques; Neide Ribeiro dos Santos; Pedro Vitor Pereira Guimarães; Norma Mailey Tavares dos Santos 2024	Amazônia. Biodiversidade. Comunidades Tradicionais.
22	Entre Saberes E Cuidados: A Saúde Da Mulher No Climatério Na Aldeia Kainã, Etnia Munduruku	Lívia Da Silva Melgueiro (<i>et al</i>) 2025	Climatério; Saúde Da Mulher; Extensão Universitária; Povos Indígenas; Enfermagem
23	Usos Medicinais Tradicionais De Plantas Na Comunidade Indígena Pium (Centro-Oeste De Roraima)	Arlene Oliveira Souza (<i>et al</i>) 2025	Práticas Tradicionais, Plantas Medicinais, Conhecimento Tradicional, Mulheres Indígenas, Educação Do Campo
24	“Quando O Cerrado Morre, É Um Pouco Da Gente Que Está Morrendo” As Mulheres Indígenas Xakriabá E Seu Papel Na Proteção Do Cerrado	Júlia Íris Silva de Faria; Hellen Cordeiro Alves Marquezini; Ludmila de Vasconcelos Machado Guimaraes 2025	Mulheres Indígenas Xakriabá. Cerrado. Práticas Laborais. Agroecologia Feminista.
25	Saberes Da Medicina Ancestral No Semiárido: Ferramentas Promotoras De Conservação E De Saúde Para Mulher Indígena Kantaruré	Késsia Virgínia dos Santos Lima; Erika dos Santos Nunes. 2025	Etnomedicina. Etnoconservação. Etnobotânica. Caatinga
26	Uso de Plantas Medicinais Associadas à Saúde Feminina Brasileira: Uma Revisão de Literatura	Ingrid Emanuely Domingos Tavares <i>et al</i> 2025	Saúde feminina. Terapias integrativas. Sistemas tradicionais de cura. Etnobotânica. Medicina complementar.
27	Cultura dos povos originários da floresta amazônica na gestação e no puerpério: uma revisão de escopo sob o ponto de vista da segurança alimentar e nutricional	Angélica Baptista Silva <i>et al</i> 2021	Saúde de populações indígenas. Saúde da mulher. Saúde da criança. Segurança alimentar e nutricional. Telessaúde.
28	Cultivo e uso de plantas medicinais na comunidade rural Sítio Bujari, Cuité, Paraíba, Brasil	Gemires Faustino Pereira Junior; Maria da Glória Batista de Azevedo; Júlia Beatriz Pereira de Souza. 2024	Plantas medicinais; Comunidade rural; Medicina tradicional.
29	Uso de plantas medicinais por usuários na atenção primária à saúde: uma abordagem complementar ao tratamento convencional	Elvany de Sena Santos <i>et al</i> 2024	Plantas Medicinais. Atenção Primária à Saúde. Enfermagem.
30	“A coisa melhor do mundo é a saúde”: A contribuição dos saberes tradicionais de Valdira Pitaguary para uma educação ambiental decolonial	Rafael Cardozo Figueredo; Júlia Santos Jardim; Patricia Limaverde Nascimento. 2021	Saberes Tradicionais. Povo Pitaguary. Educação Ambiental. Decolonialidade.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 9 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





31	Enflorar na Organização de Mulheres Indígenas: Protagonismo e Narrativas da liderança Xiu Shanenawa	Alessandra Severino da Silva Manchinery; Gemina Brandão Borges. 2024	Povos indígenas. Mulheres Indígenas. Narrativas.
32	No ritmo das marés – a pesca artesanal e a relação agroecológica com o cultivo de plantas medicinais	Fátima Cristina Cunha Maia Silva <i>et al</i> 2024	agroecologia. pescadoras artesanais. território saudável e sustentável. saúde ambiental.
33	Potencial Heurístico Da Categoria Gênero Para Estudos Sobre Sabedoria Popular E Práticas De Cura	Priscila Silva de Figueiredo, Rita Maria Radl-Philipp 2021	Feminismo. Conhecimentos populares. Comunidades rurais. Ecofeminismo. Feminismo comunitário.
34	Fitoterapia na região amazônica: tradição e potencial farmacológico no contexto da enfermagem	Izilene de Fátima dos Passos Vasconcelos <i>et al</i>	Etnobotânica, Cuidado Integral, Políticas Públicas, Práticas Integrativas.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados pesquisados (2026).

Abaixo, na tabela 2 estão os achados em língua espanhola, referentes às produções colombianas:

Tabela 2: Colômbia

	Título	Autores/ Año	Palabras clave
1	Saberes tradicionales sobre el uso de plantas medicinales para la salud femenina reproductiva en comunidades indígenas amazónicas de la zona fronteriza Perú - Colombia	Lina Paola Garzón; Elsa Rengifo Salgado 2021	cuena amazónica; etnobotánica. medicina tradicional. salud femenina.
2	Salud materna de mujeres indígenas. Experiencias tradicionales e institucionales	Melissa Ricaurte Cepeda; Yessica Paola Guerrero Luna 2024	medicina tradicional. modelo biomédico; mujeres indígenas; salud materna; violencia obstétrica
3	Plantas que curan y descolonialidad. prácticas cotidianas comunitarias de las mujeres, en montes de maria	Liliana Parra-Valencia Dolores García; Galindo Saulo Luders Fernandes 2021	Prácticas; comunidades; colonialidad-descolonialidad
4	Costumbres de mujeres indígenas gestantes que interfieren en el acceso a servicios sanitarios: revisión sistemática	María Rosalina Guamán Morocho; Annabel Fernandez Alfonso 2025	Barreras, Culturales, Embarazo, Mujeres Indígenas, Partería Tradicional, Servicios de Salud.
5	Mujeres Indígenas Zenúes: Tradiciones, Agricultura Familiar Seguridad Alimentaria	Jaime E. Trespalacios Martínez 2023	mujer rural; producción agrícola; seguridad alimentaria; costumbres y tradiciones; cultivo; equilibrio ecológico.
6	Perspectivas comunitarias e institucionales acerca del cáncer cervicouterino en indígenas del Amazonas colombiano	Jennifer Marcela López-Ríos; Sara Milena Ramos-Jaraba; Isabel C. Garcés Palacio 2024	salud de poblaciones indígenas; salud de la mujer; neoplasias del cuello uterino; barreras de acceso a los servicios de salud; Colombia



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634



7	Medicina tradicional tikuna en tiempos de postpandemia. una perspectiva desde la comunicación para el cambio social	Yaneth Ortiz Nova; Lina María Patricia Manrique-Villanueva 2024	medicina tradicional; comunicación para el cambio social; tikuna
8	La Alianza de Mujeres Indígenas en Ciudad: agencia cultural y participación política desde la creación audiovisual	Laura Ximena Triana Gallego Sep 01, 2024	mujeres indígenas; antropología visual; agencia cultural; participación política; cine indígena
9	Prácticas ancestrales de lactancia materna en el territorio indígena nasa de Juan Tama-Huila, Colombia	Sayu Yuderly Menza Vivas; Paula Daniela Gómez Cortés; Juan Camilo Calderón Farfán. 2024	lactancia materna; mujeres; pueblos indígenas; creencias; cultura indígena.
10	Características Territoriales y Dinámicas Culturales de La Población Zenú (Caribe Colombiano)	Karina Paola Buelvas Almanza; Bleydis Stefany Mercado Bertel 2022	Cosmovisión indígena, Dinámica cultural, Etnia Zenú, Territorio ancestral, Zona rural.
11	Modelo Estructural para liderazgo y emprendimiento de mu	Mawency Vergel Ortega; Henry de Jesús Gallardo Pérez; Cesar Augusto Dávila Carrillo 2021	tradición; economía; disciplina; marketing; tribus.
12	Territorialidad y saberes tradicionales de las mujeres rurales de Pijao (Quindío-Colombia)	Castaño Aguirre Carlos Alberto ; Hernández Francisco Danna Aime ; Narváez Urbano Raúl Ernesto ; Patiño Jiménez Daniela Michel ; Santos Martínez Carmelo 2024	costumbres, tradiciones, identidad cultural, mujer rural, territorio, zonas rurales.
13	Cuerpo como territorio de memoria: una adaptación pedagógica en la comunidad indígena Nasa del Cauca	María Fernanda Rico Piedrahita; Paola Cortés- Rodríguez; Miguel Ángel Afanador Restrepo; Daniela Cardona Upegui ; María Isabel Afanador Rodríguez 2025	identidad cultural; memoria histórica; pedagogía de la memoria; conflicto armado; Comisión de la Verdad.
14	Enfoque biocultural en investigación: el caso de la comunidad muisca de sesquilé “los hijos del maíz”	Julián Gutiérrez Martínez; Gabriel Nemogá Soto; Juanita Triana Quimbaya; Yeison Márquez Vargas; Camilo Chautá Páez; Diana Garzón Prieto y Michaelle Bojacá Rojas. 2023	Conocimiento tradicional; Muisca; derechos bioculturales; derechos territoriales; investigación biocultural; pueblos indígenas; ciencias sociales.
15	Grupalidad curadora: descolonialidad en prácticas cotidianas campesinas-afroindígenas	Liliana Parra Valencia 2022	Afrodescendientes/ amerindio; Colonialismo; Comunidad; Práctica; Saber; Salud
16	Embarazos y partos desde la atención ancestral: una revisión narrativa de la partería tradicional	Liliam Maria Macías Lara 2024	partería; comunidades; embarazo; revisión narrativa.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados pesquisados (2026).

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 9 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





A análise dos artigos seguiu uma lógica de revisão de integrativa de escopo, em que cada artigo foi lido em sua totalidade e classificado segundo eixos temáticos emergentes, identificados a partir da recorrência de temas nas palavras-chave, nos objetivos e nas conclusões dos trabalhos. Essa sistematização permitiu organizar os resultados em três temas: saberes botânicos e práticas de cura; perspectiva de gênero e invisibilização epistêmica; território, autonomia e políticas públicas.

Importante destacar que reconhecemos as limitações inerentes às escolhas metodológicas adotadas, pois a restrição a um único repositório, ainda que amplo, implica a possível exclusão de artigos publicados em periódicos não indexados pelo *Google Acadêmico* ou com menor visibilidade digital. Além disso, a ordenação por relevância do buscador pode favorecer trabalhos de maior circulação em detrimento de pesquisas produzidas em contextos periféricos ou por pesquisadoras indígenas com menor acesso a plataformas de publicação científica convencional. A limitação de 50 artigos, embora justificada pelo escopo da revista, também restringe a representatividade geográfica e étnica do corpus: povos de determinadas regiões, como os do extremo norte brasileiro ou das comunidades andinas colombianas, podem estar sub-representados. Essas limitações não invalidam a análise, mas demandam que os resultados sejam lidos como uma aproximação ao estado do campo, e não como um mapeamento definitivo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos artigos que compõem o *corpus* desta revisão revelou um campo de pesquisa em expansão, marcado por avanços significativos no reconhecimento dos saberes botânicos das mulheres indígenas, mas também por lacunas persistentes na articulação entre esse reconhecimento científico e a formulação de políticas públicas. Os resultados são apresentados a seguir em três temas: ***Saberes botânicos e práticas de cura; Perspectiva de gênero e invisibilização epistêmica; Território, autonomia e políticas públicas.***





SABERES BOTÂNICOS E PRÁTICAS DE CURA

O tema mais recorrente foi o que documenta os saberes botânicos das mulheres indígenas como práticas vivas de cuidado, cura e gestão da biodiversidade. No Brasil, esse conjunto de estudos é especialmente rico em diversidade étnica e regional. Trabalhos como o de Xipaia, Parente e Barros (2022) sobre as mulheres Xipaya e Kuruaya em Altamira (PA) e o de Maciel e Brito (2024) sobre as Guaraní Mbyá no Rio de Janeiro, documentam o uso cotidiano de plantas medicinais para saúde reprodutiva, cuidado infantil e tratamento de enfermidades.

São “saberes culturais e significados da utilização da medicina tradicional que há muitos anos é integrada às práticas sociais desses povos indígenas como forma de curar os acometimentos da saúde” (Xipaia, Parente e Barros, 2022, p.138), evidenciando que esse conhecimento está profundamente enraizado nas práticas domésticas e comunitárias, como também apresenta Santos (2024), em estudo sobre a dimensão doméstica do cuidado com a saúde entre mulheres indígenas, reforçando que o espaço da casa é um lugar central de saberes etnobotânicos transmitidos entre as gerações.

Faria, Marquezini e Guimarães (2025) mostram como as mulheres Xakriabá articulam o manejo de plantas à proteção de seu bioma, o cerrado (segundo maior bioma da América do Sul), tornando-se guardiãs insubstituíveis de espécies ameaçadas; frutos, sementes e raízes fundamentais para a alimentação e no uso medicinal: “as mulheres Xakriabá personificam a cultura do povo, reconhecendo que o desenvolvimento autêntico não pode prescindir da preservação cultural e ambiental” (Faria; Marquezini; Guimarães, 2025, p.11) e esses saberes são transmitidos entre as gerações.

A transmissão de conhecimentos é igualmente explorada por Souza e Silva Shanenawa (2024) entre o povo Shanenawa, no Acre. As autoras identificam uma cadeia matrilinear de saberes que envolve ervas medicinais, espiritualidade e linguagem, cujas rupturas representam perdas irreversíveis ao patrimônio biocultural. Um exemplo emblemático dessa continuidade é a história de Peyrani, uma importante liderança e parteira que, ao longo de sua trajetória,





compartilhou seus saberes e “ensinou outras mulheres Shanenawa a fazer partos na aldeia Morada Nova e em outras aldeias [...] na Terra Indígena Katukina/kaxinawá” (Souza; Silva Shanenawa, 2024, p. 111). Esse movimento de preservação tem sido reforçado pelo protagonismo intelectual do próprio povo, “inclusive por meio de trabalhos acadêmicos de indígenas desse povo que estão entrando em espaços universitários e produzindo uma série de pesquisas com foco em aspectos linguísticos e socioculturais” (Souza; Silva Shanenawa, 2024, p. 113).

Na Colômbia, o estudo de Garzón e Rengifo Salgado (2021) sobre comunidades amazônicas da zona de fronteira com o Peru e o de Parra-Valencia, García e Fernandes (2021) sobre as mulheres de Montes de María são representativos desse eixo: em ambos os casos, a mulher é retratada como especialista no manejo de plantas para a saúde reprodutiva e como protagonista de práticas de cura que escapam ao modelo biomédico. Macías Lara (2024) e Vivas et al. (2024) aprofundam esse olhar ao analisar a parteria tradicional e as práticas de amamentação como formas de medicina botânica aplicada, demonstrando que o saber das mulheres indígenas é, ao mesmo tempo, conhecimento sobre o corpo, sobre o território e sobre as plantas que os conectam.

De maneira transversal, o corpus evidencia que os saberes botânicos das mulheres indígenas não constituem um conjunto de receitas isoladas, mas um sistema integrado de conhecimento; ecológico, espiritual, relacional e pedagógico; que se atualiza em práticas cotidianas de cuidado. A recorrência de termos como *etnobotânica*, *medicina tradicional*, *soberania alimentar* e *cuidado integral* nas palavras-chave dos artigos de ambos os países confirma a centralidade dessas mulheres como agentes de conservação da biodiversidade em sentido amplo.

PERSPECTIVA DE GÊNERO E INVISIBILIZAÇÃO EPISTÊMICA

Um segundo conjunto de artigos examina de modo mais explícito a dimensão de gênero e os processos de invisibilização que afetam as mulheres indígenas como sujeitos

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 9 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





epistêmicos. No Brasil, Zank e Yxapary (2021) oferecem uma contribuição paradigmática ao proporem, em coautoria entre uma pesquisadora acadêmica e uma liderança Mbyá-Guarani, uma reflexão sobre as assimetrias que estruturam a pesquisa etnobiológica; em geral conduzida por não-indígenas que observam, sem que as próprias mulheres indígenas participem da construção do conhecimento sobre si mesmas.

Silva e Oliveira Xukuru (2023) aprofundam essa crítica ao analisar o caso das mulheres Xukuru do Ororubá (PE) pelo prisma da colonialidade do gênero. Esse é também o ponto de partida teórico do nosso artigo: a compreensão de que a invisibilização das mulheres nos estudos sobre saberes indígenas não é um acidente, mas o resultado de estruturas coloniais que hierarquizam simultaneamente o gênero e o conhecimento. Tal colonialismo se manifesta, segundo as autoras, “pelo pensamento cartesiano ou eurocentrado do conhecimento masculino, contestado pela construção das subjetividades nas experiências” (Silva; Oliveira Xukuru, 2023, p. 4); o que evidencia um dos maiores desafios do campo, tornar visíveis as questões de gênero da mulher indígena não como tema secundário, mas como eixo estruturante de qualquer análise sobre produção e proteção do conhecimento tradicional.

Neves e Neves (2023) propõem, nesse mesmo espírito, uma confluência entre decolonialidade e interculturalidade como caminho para reconhecer os saberes sobre plantas medicinais como formas legítimas de conhecimento, e não como suplemento folclórico à ciência ocidental. Figueiredo e Radl-Philipp (2021) contribuem ao explorar o potencial heurístico da categoria gênero para os estudos sobre sabedoria popular e práticas de cura, argumentando que ignorar o gênero equivale a produzir análises parciais e distorcidas dos sistemas de conhecimento tradicionais.

Na Colômbia, a tensão entre o reconhecimento e a objetificação das mulheres indígenas aparece de forma igualmente nítida. López-Ríos, Ramos-Jaraba e Garcés Palacio (2024) mostram como as barreiras de acesso das mulheres indígenas aos serviços de saúde no Amazonas colombiano estão estreitamente ligadas à desvalorização de seus próprios saberes medicinais pelo sistema biomédico; um mecanismo que as coloca simultaneamente como objeto de atenção sanitária e como detentoras de saberes não reconhecidos. Parra Valencia





(2022), em sua análise da “grupalidade curadora” em práticas camponesas afroindígenas, demonstra que as práticas de cura protagonizadas por mulheres constituem uma forma de descolonialidade vivida, que desafia cotidianamente as hierarquias do saber. Triana Gallego (2024) examina como a Aliança de Mulheres Indígenas em contexto urbano recorre à criação audiovisual como estratégia de agência cultural e participação política, revelando que a invisibilização epistêmica não é passivamente aceita, mas ativamente contestada.

Em síntese, este eixo revela uma tensão fundamental no corpus: a maioria dos artigos reconhece as mulheres indígenas como portadoras de saberes valiosos, mas poucos as tratam como produtoras de conhecimento em sentido pleno; isto é, como sujeitas que não apenas detêm saberes, mas que os elaboram, transmitem e transformam com autonomia intelectual e política. Essa distinção (entre ser portadora de cultura e ser sujeito epistêmico) é precisamente o que o campo ainda precisa avançar.

TERRITÓRIO, AUTONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Aqui se examina a articulação (ou a falta dela) entre os saberes botânicos das mulheres indígenas e os marcos institucionais de proteção da biodiversidade e de políticas públicas. Este é, possivelmente, o eixo em que o corpus revela as lacunas mais significativas.

No Brasil, Fontão e Carneiro (2022) documentam a participação de mulheres indígenas na 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres e mostram que, mesmo em espaços institucionalmente constituídos para ouvir essas vozes, a perspectiva de gênero continua sendo secundarizada diante de categorias étnicas mais amplas. Coutinho e Tamayo (2024), ao analisar as práticas socioculturais de uma Mestra Raizeira, evidenciam como o reconhecimento informal de suas competências não se traduz em nenhuma forma de proteção legal ou institucional de seu conhecimento. Mejia e Catalão (2024), sobre as Raizeiras do Cerrado, fazem observação semelhante: apesar da relevância ecológica e cultural reconhecida pela pesquisa acadêmica, esses saberes permanecem vulneráveis ao avanço do agronegócio e às mudanças climáticas, sem qualquer mecanismo de proteção específico. Medeiros (2024),





ao estudar a ação coletiva de mulheres no Assentamento Amigos da Terra (TO), mostra como a organização comunitária em torno de plantas medicinais pode constituir uma resposta autônoma a essa ausência do Estado, mas também evidencia que essa autonomia não substitui políticas públicas estruturais.

Na Colômbia, a dimensão territorial emerge com ainda mais centralidade. Trespalacios (2023), ao estudar as mulheres Zenú, articula segurança alimentar, agricultura familiar e saberes tradicionais como dimensões indissociáveis de um território que deve ser gerido pelas próprias mulheres. Buelvas Almanza e Mercado Bertel (2022) aprofundam essa perspectiva ao descrever as dinâmicas culturais do povo Zenú no Caribe colombiano, mostrando que a territorialidade é o substrato de toda transmissão de conhecimento botânico. Gutiérrez Martínez et al. (2023), em seu estudo de enfoque biocultural sobre a comunidade Muisca de Sesquilé, demonstram como os direitos bioculturais — que integram conhecimento, território e identidade; constituem uma categoria jurídica e política ainda insuficientemente incorporada pelos marcos normativos colombianos.

O estudo de Guamán Morocho e Fernandez Alfonso (2025) sobre as barreiras culturais que afetam o acesso das gestantes indígenas aos serviços de saúde ilumina um paradoxo recorrente: o Estado reconhece, em seus documentos, a medicina tradicional indígena, mas os serviços públicos continuam operando dentro de uma lógica biomédica que marginaliza os saberes das mulheres.

Em ambos os países, o corpus aponta para uma mesma tendência: as políticas públicas de proteção da biodiversidade e de saúde indígena avançaram formalmente nas últimas décadas; com a criação de marcos jurídicos como a Lei de Biodiversidade colombiana e a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas brasileira, mas raramente incorporam de forma explícita a perspectiva de gênero. O resultado é que as mulheres indígenas continuam sendo, simultaneamente, as principais gestoras da biodiversidade em seus territórios e as menos contempladas pelas políticas que deveriam protegê-las.





ANÁLISE COMPARATIVA BRASIL X COLÔMBIA

A comparação entre as produções dos dois países revela tanto convergências significativas quanto diferenças importantes na forma como a produção acadêmica recente aborda a relação entre mulheres indígenas, saberes botânicos e políticas públicas.

As convergências são estruturais: em ambos os países, os artigos demonstram a centralidade das mulheres no manejo de plantas medicinais e na conservação da biodiversidade; em ambos, persiste a denúncia da invisibilização epistêmica e política dessas mulheres; e, igualmente, em ambos os contextos, a lacuna entre o reconhecimento acadêmico e a incidência efetiva em políticas públicas é reconhecida, embora raramente problematizada de forma sistemática.

No Brasil, o corpus apresenta maior diversidade étnica e regional: aparecem povos do Pará, Rio de Janeiro, Pernambuco, Acre, Minas Gerais, Ceará, Roraima e Tocantins, com ênfase em comunidades amazônicas e do Cerrado. Essa diversidade reflete, em parte, a consolidação da etnobotânica e da etnobiologia como campos de pesquisa no país. Os artigos brasileiros tendem a privilegiar o nível das práticas cotidianas; o quintal, a chagra, a cozinha, o parto domiciliar; documentando os saberes em sua dimensão vivida, transmitida e atualizada no interior das relações comunitárias.

Na Colômbia, por sua vez, o corpus revela maior ênfase na dimensão política e territorial do conhecimento. Os artigos colombianos discutem com mais frequência os direitos bioculturais, a participação política das mulheres indígenas e as tensões entre medicina tradicional e sistema biomédico, refletindo, possivelmente, os desdobramentos do processo de paz e da renovação constitucional de 1991 sobre o campo acadêmico e jurídico. O debate aparece mais explicitamente vinculado às disputas por reconhecimento estatal e por garantias de autonomia territorial.

Outra diferença relevante diz respeito à posição das mulheres indígenas na própria produção do conhecimento. Nos textos brasileiros, identificam-se experiências de coautoria entre pesquisadoras não indígenas e mulheres indígenas, como no artigo de Zank e Yxapary





(2021) e no de Silva e Oliveira Xukuru (2023). Esses trabalhos indicam um movimento; ainda incipiente; de deslocamento da mulher indígena da posição de objeto de pesquisa para a de sujeito co-produtor do conhecimento, no qual se reconhece que “o universo de conceitos masculinos precisa ser decolonializado nas relações de poder sobre a mulher indígena” (Silva; Oliveira Xukuru, 2023, p. 5).

Nos textos colombianos, essa tendência aparece de forma menos explícita, embora trabalhos como o de Triana Gallego (2024) e o de Menza Vivas et al. (2024) revelem formas criativas de agência e autoria coletiva. Tal assimetria pode refletir diferenças nas tradições acadêmicas dos dois países, bem como distintos estágios de fortalecimento dos movimentos de mulheres indígenas organizadas no campo da produção intelectual.

O estudo comparado aponta, portanto, que Brasil e Colômbia percorreram trajetórias distintas, mas enfrentam desafios comuns: superar uma epistemologia que reconhece os saberes das mulheres indígenas sem lhes outorgar plenamente o poder de defini-los, protegê-los e transmiti-los em seus próprios termos. A convergência entre os dois países não é apenas temática; é também política. Em ambos os contextos, as mulheres indígenas constroem, por dentro e por fora da academia, as condições para que seu conhecimento seja reconhecido não como patrimônio a ser preservado por outros, mas como saber vivo que pertence, antes de tudo, a elas mesmas.

A análise comparativa evidenciou ainda que, embora Brasil e Colômbia compartilhem referenciais vinculados à decolonialidade latino-americana, especialmente no diálogo com a crítica à colonialidade do poder, a organização epistemológica da produção científica assume ênfases distintas.

No caso brasileiro, observa-se predominância de abordagens centradas na crítica à colonialidade do saber e do gênero, com mobilização recorrente de autoras como Lugones e referências às epistemologias do Sul, além da crescente incorporação de intelectuais indígenas como Ailton Krenak e Davi Kopenawa. A produção enfatiza o protagonismo feminino na transmissão dos saberes etnobotânicos, articulando gênero, resistência cotidiana e biodiversidade. Configura-se, assim, uma epistemologia marcada pela valorização da





experiência, da memória e da prática comunitária como espaços de enfrentamento à colonialidade.

Na Colômbia, por outro lado, a literatura apresenta maior centralidade nas discussões sobre territorialidade, direitos bioculturais e saúde intercultural. O diálogo com Arturo Escobar e com o debate jurídico-constitucional decorrente da Constituição de 1991 aparece de forma mais estruturada, indicando uma produção fortemente articulada às disputas por reconhecimento legal e autonomia territorial. Nesse contexto, a epistemologia organiza-se menos em torno da crítica ao eurocentrismo como eixo central e mais na disputa institucional por garantias de direitos coletivos.

Desse modo, enquanto o Brasil evidencia uma epistemologia da resistência cotidiana e do reconhecimento dos saberes tradicionais como prática decolonial, a Colômbia estrutura sua produção em torno de uma epistemologia da territorialidade jurídica, na qual o debate biocultural ocupa papel central.

A comparação, portanto, não apenas evidencia diferenças de ênfase entre os dois contextos nacionais, mas revela modos distintos de organização da relação entre conhecimento, território e poder. Se, no Brasil, a disputa se concentra na afirmação cotidiana dos saberes e na crítica à colonialidade que os silencia, na Colômbia ela se estrutura de forma mais explícita na arena jurídico-política. Em ambos os casos, contudo, permanece o desafio de transformar o reconhecimento acadêmico em incidência efetiva nas políticas públicas, garantindo que as mulheres indígenas não sejam apenas fontes de conhecimento, mas protagonistas na definição de seus usos, sentidos e destinos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão comparativa revelou que, tanto no Brasil quanto na Colômbia, a produção acadêmica recente avançou de forma significativa no reconhecimento dos saberes botânicos das mulheres indígenas como sistemas complexos de conhecimento; ecológico, espiritual, relacional e pedagógico. Contudo, esse avanço ainda não se traduziu em políticas públicas





que garantam a autonomia territorial e epistêmica dessas mulheres, nem em práticas institucionais que as reconheçam como sujeitas plenas de produção do conhecimento.

Do ponto de vista do ensino de Biologia, os resultados desta revisão apontam para uma lacuna igualmente preocupante: os saberes botânicos das mulheres indígenas permanecem, em grande medida, ausentes dos currículos escolares e dos materiais didáticos utilizados na educação básica e na formação de professores em ambos os países. Quando o ensino de Biologia desconhece ou ignora esses saberes, contribui; ainda que silenciosamente; para a reprodução da colonialidade do conhecimento que este artigo buscou problematizar.

A perspectiva decolonial e de gênero que orienta esta análise sugere, portanto, que uma educação biológica comprometida com a diversidade epistêmica precisa ir além da mera inclusão folclórica de saberes populares no currículo. Trata-se de reconhecer as mulheres indígenas não apenas como fontes de informação sobre plantas medicinais, mas como produtoras de conhecimento botânico cujos sistemas de saber têm lógicas, categorias e critérios próprios de validade; e que podem enriquecer profundamente o que se ensina e como se ensina Biologia.

Para os professores em formação e para os professores-pesquisadores que atuam em contextos com populações indígenas; ou que simplesmente ensinam Biologia em uma América Latina pluriétnica e multicultural; este artigo oferece um conjunto de referências e argumentos que podem subsidiar práticas pedagógicas mais interculturais, mais justas e mais atentas às assimetrias de gênero que atravessam a produção e a transmissão do conhecimento sobre a vida.

Por fim, tanto o Brasil quanto a Colômbia têm muito a aprender um com o outro nesse percurso: enquanto a produção brasileira acumula experiências de coautoria entre pesquisadoras e mulheres indígenas que apontam para novas formas de fazer ciência e de ensinar Biologia, a produção colombiana oferece um arcabouço jurídico e político; centrado nos direitos bioculturais; que pode orientar a construção de políticas educacionais mais sólidas. O diálogo entre esses dois contextos não é apenas acadêmico; é, também, uma aposta pedagógica e política na construção de um ensino de Biologia que reconheça, valorize e





aprenda com os saberes das mulheres que, há gerações, guardam e transmitem o conhecimento sobre a vida.

REFERÊNCIAS

BUELVAS ALMANZA, Katia Patricia; MERCADO BERTEL, Bertha Sofía. Características territoriales y dinámicas culturales de la población Zenú (Caribe colombiano). **Revista Multidisciplinar de Agroindustria y Gestión**, v. 1, n. 1, 2022. Disponível em: <https://remuag.com/home/index.php/ojs/article/download/11/56>. Acesso em: 3 set. 2026.

COUTINHO, Edson Pereira; TAMAYO, Carolina. Práticas socioculturais de cuidado com uma mestra raizeira. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 6., 2024. **Anais [...]**. Campo Grande: UFMS, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/ENAPHEM/article/view/22030>. Acesso em: 3 set. 2026.

FARIA, Júnia Isabela Silva; MARQUEZINI, Helen Cristina Amstalden; GUIMARÃES, Luciana Vanessa Maria. “Quando o cerrado morre, é um pouco da gente que está morrendo”: As mulheres indígenas Xakriabá e seu papel na proteção do cerrado. **Antropológica**, v. 45, n. 139, 2025. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3515/351581890008/>. Acesso em: 3 set. 2026.

FIGUEIREDO, Patricia Silva; RADL-PHILIPP, M. Rita. Potencial heurístico da categoria gênero para estudos sobre sabedoria popular e práticas de cura. In: CICLO DE DEBATES SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SAÚDE, 2021. **Anais [...]**. Vitória da Conquista: UESB, 2021. Disponível em: <https://anais.uesb.br/index.php/cicnmse/article/view/9991>. Acesso em: 3 set. 2026.

FONTÃO, Maria Amalia de Barros; CARNEIRO, Rosamaria Giatti. Mulheres indígenas e participação política no contexto da 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres. **Amazônica - Revista de Antropologia**, v. 14, n. 1, p. 164-188, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/9905/8735>. Acesso em: 3 set. 2026.

FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS. **As mulheres indígenas e sua contribuição para preservar a cultura, meio ambiente e luta por justiça social**. Blog Fundo Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/as-mulheres-indigenas-e-sua->





[contribuicao-para-preservar-a-cultura-meio-ambiente-e-luta-por-justica-social/](#). Acesso em: 3 set. 2026.

GARZÓN, Laura Patricia; RENGIFO SALGADO, Eliana. Saberes tradicionales sobre el uso de plantas medicinales para la salud femenina reproductiva en comunidades indígenas amazónicas de la zona fronteriza Perú - Colombia. **Ethnoscientia**, v. 6, n. 3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ethnoscientia/article/view/10662>. Acesso em: 3 set. 2026.

GUAMÁN MOROCHO, María Rosa; FERNANDEZ ALFONSO, Aída. Costumbres de mujeres indígenas gestantes que interfieren en el acceso a servicios sanitarios: Revisión sistemática. **Ibero-American Journal of Health and Redesign**, 2025. Disponível em: <http://health.iberojournals.com/index.php/IBEROJHR/article/view/746/595>. Acesso em: 3 set. 2026.

GUTIÉRREZ MARTÍNEZ, Jairo et al. Enfoque biocultural en investigación: El caso de la comunidad Muisca de Sesquilé “Los Hijos del Maíz”. **Razón Crítica**, n. 14, 2023. Disponível em: <https://revistas.utadeo.edu.co/index.php/razoncritica/article/view/enfoque-biocultural-investigacion-caso-comunidad-muisca-sesquile/2061>. Acesso em: 3 set. 2026.

LÓPEZ-RÍOS, Jhon M.; RAMOS-JARABA, Silvana M.; GARCÉS PALACIO, Isabel C. Perspectivas comunitarias e institucionales acerca del cáncer cervicouterino en indígenas del Amazonas colombiano. **Revista de la Facultad de Medicina**, v. 72, n. 2, 2024. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-00112024000200226. Acesso em: 3 set. 2026.

MACÍAS LARA, Laura María. Embarazos y partos desde la atención ancestral: Una revisión narrativa de la partería tradicional. **Revista Sanitaria de Investigación**, 2024. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9740348>. Acesso em: 3 set. 2026.

MACIEL, Flávia Cristina Pinto; BRITO, Luciana Maria de. O uso de espécies vegetais entre as mulheres Guarani Mbyá da Tekoa Ka’aguy Hovy Porã, Maricá, Rio de Janeiro, Brasil. In: REUNIÃO NORDESTINA DE BOTÂNICA, 38., 2024. **Anais [...]**. Softaliza, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.softaliza.com.br/38rnb/article/view/4731>. Acesso em: 3 set. 2026.

MEDEIROS, Osvaldo Messias Machado. Ação comum das mulheres em busca de soluções de saúde no projeto de assentamento “Amigos da Terra” (Darcinópolis - Tocantins). **Revista de**





Geografia, v. 13, n. 25, 2024. Disponível em:

<https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/geografia/article/view/17260>. Acesso em: 3 set. 2026.

MEJIA, Liriel; CATALÃO, Vera Maria Lucena. Mulheres raizeiras do Cerrado: Saberes tradicionais. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, v. 11, n. 1, 2024. Disponível em:

<https://periodicos.ufs.br/revisea/article/view/20001>. Acesso em: 3 set. 2026.

MENZA VIVAS, Sandra Yovana; GÓMEZ CORTÉS, Paola Del Rosario; CALDERÓN FARFÁN, Jhon Carlos. Prácticas ancestrales de lactancia materna en el territorio indígena nasa de Juan Tama - Huila, Colombia. **Cultura de los Cuidados**, n. 69, 2024. Disponível em:

<https://rua.ua.es/server/api/core/bitstreams/eac87296-4fde-4e62-a508-ca1869784018/content>.

Acesso em: 3 set. 2026.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; MUSSI, Luciana Maria Passos Telles; ASSUNÇÃO, Enia Tainá Carvalho; NUNES, Cláudio Pinto. Pesquisa quantitativa e/ou qualitativa:

Distanciamentos, aproximações e possibilidades. **Revista Sustinere**, v. 7, n. 2, p. 414–430,

2019. DOI: <https://doi.org/10.12957/sustinere.2019.41193>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/sustinere/article/view/41193>.

Acesso em: 3 set. 2026.

NEVES, Bruna Aguiar; NEVES, Maelison Silva de Almeida. Saberes da experiência e as plantas medicinais: Confluência decolonial e intercultural. Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/100806>. Acesso em: 3 set. 2026.

PARRA VALENCIA, Liliana. Grupalidad curadora: Descolonialidad en prácticas cotidianas campesinas-afroindígenas. **Athenea Digital**, v. 22, n. 3, 2022. Disponível em:

https://ddd.uab.cat/pub/athdig/athdig_a2022v22n3/athdig_a2022v22n3pe2992.pdf. Acesso em: 3 set. 2026.

PARRA-VALENCIA, Liliana; GARCÍA, Diana; FERNANDES, Gizelle Siqueira Lima.

Plantas que curan y descolonialidad: Prácticas cotidianas comunitarias de las mujeres, en Montes de María. **Psicologia em Estudo**, v. 26, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/45454>. Acesso em: 3 set. 2026.

SILVA, Alan Eduardo da; XUKURU, Maria Rita de Cássia Oliveira. Mulheres indígenas

Xukuru do Ororubá: Articulando territórios de luta e de saberes. In: CONGRESSO

NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 8., 2023. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2023.

Disponível em:





https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2022/6399bb6678b52_14122022090246.pdf. Acesso em: 3 set. 2026.

SOUZA, Socorro Lima de; SILVA SHANENAWA, Maria Aricina Bessa da. As ancestralidades femininas Shanenawa: Linguagens, identidades, espiritualidades e saberes como herança. **Norteamentos**, v. 17, n. 43, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/norteamentos/article/view/12634>. Acesso em: 3 set. 2026.

TRIANA GALLEGÓ, Laura Xiomara. La Alianza de Mujeres Indígenas en Ciudad: Agencia cultural y participación política desde la creación audiovisual. **Revista Colombiana de Antropología**, v. 60, n. 3, 2024. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0486-65252024000300004&script=sci_arttext. Acesso em: 3 set. 2026.

XIPAIA, Antônia Parente; PARENTE, Fernando Antônio; BARROS, Flávio Bezerra. As plantas medicinais na vida de mulheres indígenas Xipaya e Kuruaya: Histórias, conhecimentos tradicionais e usos na cidade de Altamira, Pará. **Tellus**, n. 47, p. 173-201, 2022. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/803>. Acesso em: 3 set. 2026.

ZANK, Sofia; YXAPARY, Kerexu. A voz de uma liderança indígena feminina sobre a questão de gênero – uma oportunidade de escuta e reflexão para a pesquisa etnobiológica. **Ethnoscientia**, v. 6, n. 3, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ethnoscientia/article/view/10372>. Acesso em: 3 set. 2026.

Recebido em: 04/09/2026

Aprovado em: 09/09/2026

Publicado em: 17/09/2026

